De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:36

Para:

'Daniela Mattos'

Assunto:

Concorrência Pública nº 02/2021

Anexos:

11. Recurso, parecer e decisão CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa GERALDO CESAR JUNG

Segue em anexo decisão do recurso apresentado.

Favor confirmar o recebimento.

At. Divisão de Licitação.



De:

Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@coronelvivida.pr.gov.br>

Enviado em:

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:37

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Successful Mail Delivery Report

Anexos:

details.txt; Message Headers.txt

This is the mail system at host ns1.coronelvivida.pr.gov.br.

Your message was successfully delivered to the destination(s) listed below. If the message was delivered to mailbox you will receive no further notifications. Otherwise you may still receive notifications of mail delivery errors from other systems.

The mail system

<mattos.danielacb@gmail.com>: delivery via
gmail-smtp-in.l.google.com[142.251.0.26]:25: 250 2.0.0 OK 1627328197
s39si682823pfg.117 - gsmtp

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:38

Para:

'xlarin@hotmail.com'

Assunto:

Enviado em:

Concorrência Pública nº 02/2021

Anexos:

11. Recurso, parecer e decisão CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa L. RIBEIRO – EIRELI.

Segue em anexo recurso apresentado pela empresa GERALDO CESAR JUNG e decisão.

Favor confirmar o recebimento.

At. Divisão de Licitação.



De: postmaster@outlook.com

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:39 **Enviado em:**

Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Entregue: Concorrência Pública nº 02/2021 Assunto: Anexos:

details.txt; Anexo sem título 00052.txt



A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

xlarin@hotmail.com

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:39

Para:

'simonebiava@hotmail.com'

Assunto: Anexos: Concorrência Pública nº 02/2021

11. Recurso, parecer e decisão CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa CLODIVALDO LUIZ MARTINS OBRAS.

Segue em anexo recurso apresentado pela empresa GERALDO CESAR JUNG e decisão.

Favor confirmar o recebimento.

At. Divisão de Licitação.



De:

postmaster@outlook.com

Enviado em:

segunda-feira, 26 de julho de 2021 16:40

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Entregue: Concorrência Pública nº 02/2021

Anexos:

details.txt; Anexo sem título 00058.txt



A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

simonebiava@hotmail.com

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DA LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

Concorrência Pública nº 02/2021

L. RIBEIRO – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n° sob o n° 08.719.582/0001-72, com sede a Rua João Romano Polese, n° 381, Bairro São Cristóvão no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, representada por seu sócio administrador o Sr. **LARIN RIBEIRO**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade 8107572-7, inscrito sob o CPF/MF de n° 029.113.499-89, residente e domiciliado a Rua José Garibaldi Jaques, n° 247, Bairro Cohapar, no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, vem mui respeitosamente interpor a seguinte:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em <u>face da decisão dessa digna Comissão de Licitação que habilitou a empresa GERALDO</u>

CESAR JUNG, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir:

I - DOS FATOS

O recorrente juntamente com os demais participantes presencialmente participou da abertura dos envelopes entregues a esta Comissão de Licitação, a fim de proceder a checagem dos documentos exigidos para habilitação no processo licitatório.

O fato incontroverso é que a Comissão de Licitação constatou que a empresa GERALDO CESAR JUNG, deixou de incluir no envelope entregue o contrato

social, muito embora tal exigência conste no edital 02/2021. Desta feita a referida empresa foi inabilitada de imediato por haver descumprido com os ditames editalícios.

Isto posto, a referida empresa já inabilitada impetrou Recurso Administrativo, que foi equivocadamente provido, demovendo a decisão da Comissão de Licitação, acatando Recurso, procedendo a Habilitação da Empresa GERALDO CESAR JUNG.

Com o viés de preservar o Princípio da Isonomia, da Princípio da Licitação, da Finalidade, da Legalidade e do Vínculo ao Edital da Licitação, que devem pautar as decisões do ente público, que se não respeitados transmitem a decisão proferida um grau de discricionariedade que contamina e afronta as garantias Constitucionais.

Pelos fatos aduzidos passa ao que provem e garante o melhor direito.

II - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso I, do Art. 109 da Lei 8.666/93, cabe recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, que ocorreu em 23 de julho de 2021.

Portanto, manifestamente tempestivo a impugnação ao recurso protocolado em 28 de julho de 2021.

III - DAS RAZÕES

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS PRINCÍPIOS QUE REGEM SEUS ATOS

Inicialmente, destaca-se uma função específica do Estado, qual seja, a função administrativa. Sendo, o Poder Executivo quem desempenha preponderantemente a função ou atividade administrativa. Embora, todos os Poderes exercitem funções administrativa e para desempenhar essas funções, são criadas estatais, indicadas normalmente por meio da expressão Administração Pública (JUSTEN FILHO, 2018).

Com base nesse entendimento, de acordo com Gasparini (2007, p.56) a função ou atividade administrativa está relacionada a um "múnus público para quem a exerce", significando encargo de guarda, conservação e aprimoramento de bens, interesses e serviços da coletividade, que se desenvolve segundo a lei e a moralidade administrativa (p.56).

Dessa forma, acerca da origem etimológica da palavra Administração, faz-se referência a "manus, mandare, cuja raiz é man" destacando ser-lhe" natural a ideia de comando, orientação, direção e chefia, ao lado da noção de subordinação, obediência e servidão (GASPARINI, 2007).

Princípios são proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas e institutos subsequentes de uma disciplina. São os alicerces, os fundamentos da ciência, e surgem como parâmetros para a interpretação das demais normas jurídicas (MARINELLA, 2018), por isso, neste momento buscar-se-á estudar alguns dos principais princípios que norteiam o Direito Administrativo, bem como o ordenamento jurídico.

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O Estado Democrático de Direito possui como base o princípio da legalidade, garantindo que todos os conflitos sejam resolvidos pela lei, considerado assim princípio basilar do regime jurídico-administrativo, bem como, para Marinella, (2018. p.77) "o princípio da legalidade trata-se, inclusive, da maior característica do Estado brasileiro".

A validade e a eficácia da atividade administrativa ficam condicionadas à observação da norma legal, entretanto, é impreterível salientar que a exata compreensão do princípio da legalidade não exclui o exercício da atuação discricionário do agente administrativo, levando-se em consideração a conveniência e oportunidade do interesse público, o juízo de valor da autoridade e sua liberdade, de modo que em inúmeras situações a Administração terá de se valer do poder discricionário para efetivamente atender à finalidade legal e, por corolário, cumprir o princípio da legalidade previsto no art. 37, caput da CF/88 (MARINELLA, 2018).

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

O princípio da impessoalidade, consagrado expressamente no art. 37 da CF/88, para Oliveira (2019) possui duas possíveis acepções: igualdade ou isonomia e proibição de promoção pessoal, de modo que na primeira a Administração deve dispensar tratamento impessoal e isonômico aos particulares, com a finalidade de atender o interesse público, já na segunda, as realizações públicas não são feitos pessoais dos seus respectivos agentes, mas, sim, da respectiva entidade administrativa, motivo pelo qual o Poder Público deve dar caráter educativo, informativo ou de orientação social a seus atos administrativos, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal dos agentes públicos, conforme prescrição do art. 37, §1°, da CF/88.

PODER DISCRICIONÁRIO

Discricionariedade administrativa, doutrinariamente, é "a faculdade que a lei confere à Administração para apreciar o caso concreto, segundo critérios de oportunidade e conveniência, e escolher entre duas ou mais soluções, todas válidas perante o direito" Araújo (2018, p.536).

Desse modo, destaca o mesmo autor sobre o assunto, Araújo (2018, p.536):

"Os poderes administrativos são disciplinados pela lei, e esta é o limite ao qual se circunscreve toda a atividade administrativa, em especial no que concerne à declaração da vontade do Estado nos atos administrativos: "dotados que são de imperatividade, presunção de legitimidade e autoexecutoriedade, é fácil imaginar que o exercício ilimitado desses poderes pode resvalar para a arbitrariedade".

Diante do exposto, pode-se dizer que, ao administrador público não se concede faculdade de escolha. Não optando pelo interesse público, não será, consequentemente, administrador público (FAZZIO JÚNIOR, 2007).

III.I - DO PEDIDO DE REVISÃO DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

No presente caso, referida empresa recorrente não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta, devendo ser MANTIDA A DECISÃO DE INABILITAÇÃO, vejamos.

O edital previu claramente que Item 5 e subitem 5.1, que o envelope n° O1 deverá conter os documentos relacionados nos devidos subitens:

5.1.1 - Da Habilitação Jurídica; 5.1.2 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista; 5.1.3 - Da Qualificação Técnica; 5.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira e outras comprovações;

Ocorre que a empresa recorrente deixou de apresentar o contrato social da mesma, exposto e destacado na alínea "b" do subitem 5.1.1.

A falta de tal documento <u>NÃO</u> deve ser <u>tratado como excesso de</u> formalismo,

Não cabe ao ente público servir-se discricionariamente do poder estatal para considerar exigência publicada no edital como "excesso de formalismo", tal decisão afronta os princípios já colacionados, em especial os Princípios da Impessoalidade e da Legalidade, haja visto que o edital é decorre de lei especifica.

Bem como, para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital conforme subitem 5.4.8, é indispensável que a documentação estivesse inserida para a devida habilitação no processo licitatório, por mais que já tivesse sido apresentado em outra fase do certame, de forma que a referida empresa não atendeu os objetivos essenciais e indispensáveis traçados pela Administração Pública.

Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a sua INABILITAÇÃO, conforme precedentes sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. 1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições. 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls. 216/220) em nome da

empresa ** com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa **, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas ***. 3. Q descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei 8.666 /93. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018). Nosso Grifo

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA. 1. O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação. 2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração.3. A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha.4. (...)(TRF4, AC 5049112-45.2017.4.04.7100, Relator(a): LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, QUARTA TURMA, Julgado em: 19/09/2018, Publicado em: 21/09/2018) Nosso Grifo.

Afinal, se a empresa não concordasse com a exigência editalícia, ou constatasse que a mesma havia um "excesso de formalismo" caberia a ela realizar a impugnação ao edital previamente. Não o fazendo e concordando com as disposições do edital, deve se vincular a ele:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO.ESTACIONAMENTO ROTATIVO. ÍNDICES UTILIZADOS NA PROPOSTA QUE DIFEREM DO EDITAL. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Havendo a empresa apresentado taxa de ocupação diversa do edital convocatório, afigura-se correta a decisão administrativa que inabilitou a agravante no certame. Inteligência dos arts. 41 e 44 da Lei nº 8.666 /93. Entendendo possível maiores taxas de ocupação, deveria a parte ter atacado o edital de licitação, e não apresentar proposta em desacordo com a previsão nele contida, e ao qual estava vinculada. Precedentes desta Corte. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70076602291, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 09/05/2018). Nosso Grifo

Motivo que deva ser a decido pela inabilitação da recorrente.

III.II - DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio PRINCÍPIO DA FINALIDADE.

III.III - DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório e vem expressamente positivado na Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99.

Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86),

No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

"O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)" (in

GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, 1989, p.06).

Não obstante, mostra-se necessário exibir o entendimento jurisprudencial quanto ao dever do cumprimento do princípio da vinculação ao edital de licitação.

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei n° 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000. Rel. FERNANDO QUADROS DA SILVA - 3ª Turma. Em 20/08/2014. DJ: 21/08/2014) - Nosso Grifo.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que <u>descumpriu as exigências estabelecidas no ato</u> convocatório. O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital PRIVILEGIA A AGRAVANTE EM DETRIMENTO DOS DEMAIS INTERESSADOS no certame, ferindo o princípio da concorrentes (TRF4, AG dos 41.2013.404.0000, Quarta Turma, 10 Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 19/09/2013) -Nosso Grifo.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE **LICITAÇÃO**. 1. Sobre o assunto, deve ser prestigiado o princípio da vinculação ao edital de licitação, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. No caso em tela, apesar de toda a argumentação ventilada, certo que a empresa impetrante apresentou equipamento fora das especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação em questão, desatendendo às exigências estabelecidas no instrumento editalício, impondo-se, desta maneira, a consequente inabilitação para o certame. (TRF4, AC 5024027-24.2012.404.7200, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 16/12/2013) Nosso Grifo

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo.

III.IV - DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao decidir pela habilitação, do recorrente, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao demais integrantes do processo licitatório, que cumpriram de forma ilibada, justa e integra, sem qualquer amparo legal.

Tal situação é antagônica ao tratamento despendido em face das demais licitantes, além de descumprir norma do instrumento convocatório observada pelas demais proponentes habilitadas, o que leva novamente a violação de princípios essenciais ao presente certame, dentre eles o da <u>isonomia</u> e <u>vinculação ao instrumento convocatório</u>

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu cria. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92).

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder público como no presente caso.



Afinal, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade,** pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716).

É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da isonomia, vinculação ao edital, razoabilidade, julgamento objetivo, proporcionalidade e segurança.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo, para que seja determinada a inabilitação/desclassificação da empresa **GERALDO CESAR JUNG**.



IV - DOS PEDIDOS

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o PROVIMENTO do presente recurso, com efeito, para que seja anulada a decisão em apreço, com fulcro nos itens 5, 5.1 e 7.2 do instrumento convocatório em apreço, bem como nos fundamentos ora expendidos, <u>declarando-se a empresa GERALDO</u> CESAR JUNG, inabilitada/desclassificada para prosseguir no presente certame.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior.

Nestes termos, pede deferimento.

Coronel Vivida, 28 de Julho de 2021.

L. RIBEIRO - EIRELI

De:

Larin n <xlarin@hotmail.com>

Enviado em:

quarta-feira, 28 de julho de 2021 10:44

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021.

Anexos:

Recurso Lari .pdf

segue em anexo recurso, favor acusar recebimento.



Livre de vírus. www.avg.com.

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DA LICITAÇ DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

> PROTOCOLO Nº 59020 21 Em: 28/04/21n: 10:51

Concorrência Pública nº 02/2021

L. RIBEIRO – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n° sob o n° 08.719.582/0001-72, com sede a Rua João Romano Polese, n° 381, Bairro São Cristóvão no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, representada por seu sócio administrador o Sr. LARIN RIBEIRO, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade 8107572-7, inscrito sob o CPF/MF de n° 029.113.499-89, residente e domiciliado a Rua José Garibaldi Jaques, n° 247, Bairro Cohapar, no município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, vem mui respeitosamente interpor a seguinte:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em <u>face da decisão dessa digna Comissão de Licitação que habilitou a empresa GERALDO</u>

CESAR JUNG, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir:

I - DOS FATOS

O recorrente juntamente com os demais participantes presencialmente participou da abertura dos envelopes entregues a esta Comissão de Licitação, a fim de proceder a checagem dos documentos exigidos para habilitação no processo licitatório.

O fato incontroverso é que a Comissão de Licitação constatou que a empresa GERALDO CESAR JUNG, deixou de incluir no envelope entregue o contrato

far

Com base nesse entendimento, de acordo com Gasparini (2007). p.56) a função ou atividade administrativa está relacionada a um "múnus público para quem a exerce", significando encargo de guarda, conservação e aprimoramento de bens, interesses e serviços da coletividade, que se desenvolve segundo a lei e a moralidade administrativa (p.56).

Dessa forma, acerca da origem etimológica da palavra Administração, faz-se referência a "manus, mandare, cuja raiz é man" destacando ser-lhe" natural a ideia de comando, orientação, direção e chefia, ao lado da noção de subordinação, obediência e servidão (GASPARINI, 2007).

Princípios são proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas e institutos subsequentes de uma disciplina. São os alicerces, os fundamentos da ciência, e surgem como parâmetros para a interpretação das demais normas jurídicas (MARINELLA, 2018), por isso, neste momento buscar-se-á estudar alguns dos principais princípios que norteiam o Direito Administrativo, bem como o ordenamento jurídico.

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O Estado Democrático de Direito possui como base o princípio da legalidade, garantindo que todos os conflitos sejam resolvidos pela lei, considerado assim princípio basilar do regime jurídico-administrativo, bem como, para Marinella, (2018. p.77) "o princípio da legalidade trata-se, inclusive, da maior característica do Estado brasileiro".

A validade e a eficácia da atividade administrativa ficam condicionadas à observação da norma legal, entretanto, é impreterível salientar que a exata compreensão do princípio da legalidade não exclui o exercício da atuação discricionário do agente administrativo, levando-se em consideração a conveniência e oportunidade do interesse público, o juízo de valor da autoridade e sua liberdade, de modo que em inúmeras situações a Administração terá de se valer do poder discricionário para efetivamente atender à finalidade legal e, por corolário, cumprir o princípio da legalidade previsto no art. 37, caput da CF/88 (MARINELLA, 2018).

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

la

No presente caso, referida empresa recorrente não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta, devendo ser MANTIDA A DECISÃO DE INABILITAÇÃO, vejamos.

O edital previu claramente que Item 5 e subitem 5.1, que o envelope n° 01 deverá conter os documentos relacionados nos devidos subitens:

5.1.1 - Da Habilitação Jurídica; 5.1.2 - Da Regularidade Fiscal e Trabalhista; 5.1.3 - Da Qualificação Técnica; 5.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira e outras comprovações;

Ocorre que a empresa recorrente deixou de apresentar o contrato social da mesma, exposto e destacado na alínea "b" do subitem 5.1.1.

A falta de tal documento ${\tt N\tilde{A}O}$ deve ser ${\tt tratado\ como\ excesso\ de}$ formalismo,

Não cabe ao ente público servir-se discricionariamente do poder estatal para considerar exigência publicada no edital como "excesso de formalismo", tal decisão afronta os princípios já colacionados, em especial os Princípios da Impessoalidade e da Legalidade, haja visto que o edital é decorre de lei especifica.

Bem como, para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital conforme subitem 5.4.8, é indispensável que a documentação estivesse inserida para a devida habilitação no processo licitatório, por mais que já tivesse sido apresentado em outra fase do certame, de forma que a referida empresa não atendeu os objetivos essenciais e indispensáveis traçados pela Administração Pública.

Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a sua INABILITAÇÃO, conforme precedentes sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. 1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições. 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls. 216/220) em nome da

Ja

VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Haver a a empresa apresentado taxa de ocupação diversa do edital convocatório, afigura-se correta a decisão administrativa que inabilitou a agravante no certame. Inteligência dos arts. 41 e 44 da Lei nº 8.666 /93. Entendendo possível maiores taxas de ocupação, deveria a parte ter atacado o edital de licitação, e não apresentar proposta em desacordo com a previsão nele contida, e ao qual estava vinculada. Precedentes desta Corte. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70076602291, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 09/05/2018). Nosso Grifo

Motivo que deva ser a decido pela inabilitação da recorrente.

III.II - DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio PRINCÍPIO DA FINALIDADE.

III.III - DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório e vem expressamente positivado na Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Da

GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva 1989, p.06).

Não obstante, mostra-se necessário exibir o entendimento jurisprudencial quanto ao dever do cumprimento do princípio da vinculação ao edital de licitação.

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000. Rel. FERNANDO QUADROS DA SILVA - 3ª Turma. Em 20/08/2014. DJ: 21/08/2014) - Nosso Grifo.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital PRIVILEGIA A AGRAVANTE EM DETRIMENTO DOS DEMAIS INTERESSADOS no certame, ferindo o princípio da dos concorrentes (TRF4, AG 5011224-41.2013.404.0000, Quarta Turma, 10 Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 19/09/2013) -Nosso Grifo.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. Sobre o assunto, deve ser prestigiado o princípio da vinculação ao edital de licitação, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. No caso em tela, apesar de toda a argumentação ventilada, certo que a empresa impetrante apresentou equipamento fora das especificações técnicas exigidas para o objeto da licitação em questão, desatendendo às exigências estabelecidas no instrumento editalício, impondo-se, desta maneira, a consequente para o certame. (TRF4, AC 5024027-24.2012.404.7200, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 16/12/2013) Nosso Grifo

la

Afinal, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716).

É inconteste que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro ou simplesmente omitir a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos devem atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da isonomia, vinculação ao edital, razoabilidade, julgamento objetivo, proporcionalidade e segurança.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo, para que seja determinada a inabilitação/desclassificação da empresa GERALDO CESAR JUNG.

Da

Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021. Larin n Qua, 28/07/2021 10:44 Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br Recurso Lari .pdf pdf 83 KB segue em anexo recurso, favor acusar recebimento. Livre de vírus. www.avg.com.

Responder

Encaminhar





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



PARECER JURÍDICO

Concorrência Pública 02/2021. Recurso Administrativo. Improcedência.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa L. RIBEIRO – EIRELI, em razão da decisão da Comissão de Licitação Municipal que habilitou a empresa GERALDO CESAR JUNG na Concorrência Pública 02/2021, tornando-a vencedora do certame.

Aduz que há ofensa aos princípios da Legalidade e Impessoalidade e inobservância, ainda, dos objetivos da licitação e do vínculo do instrumento convocatório, cujas demais razões constam de sua fundamentação.

Requer, ao final, a anulação da decisão que habilitou a empresa GERALDO CESAR JUNG, para o fim de declará-la inabilitada e impossibilitada, por conseguinte, de prosseguir no presente certame.

Sem razão.

Veja-se que quando da etapa inicial da licitação (credenciamento), a empresa GERALDO CESAR JUNG apresentou toda a documentação exigida.

Portanto, não houve omissão de documento (falta de documento). O fato do contrato social da citada empresa não estar dentro do envelope quando da reunião, apenas seria repetitivo, pois, repita-se, foi apresentado no ato do credenciamento pela empresa.

Quando da realização da reunião, após o credenciamento, dá-se início a fase das propostas e da habilitação, o que ocorre na mesma ocasião, ato contínuo.

Quanto ao Princípio da Legalidade, o mesmo foi rigorosamente observado, inclusive, seguindo as orientações do TCE com relação a todos os princípios que norteiam a licitação.

No que diz respeito ao Princípio da Impessoalidade, o mesmo também restou cumprido, não havendo que se falar em favorecimento pessoal de qualquer participante, pois todos foram tratados de forma idêntica.

Calha vincar, que o objetivo da licitação é buscar a proposta mais vantajosa ao Município, sendo que se a empresa GERALDO CESAR JUNG sagrou-se vencedora, o objetivo foi atingido, ou seja, a empresa que apresentou o menor preço realmente é a empresa que prestará o serviço. Em caso se sua desabilitação (da empresa GERALDO CESAR JUNG), isso irá onerar os cofres públicos, já que o Município restará impossibilitado de contratar a empresa que apresentou o menor preço.

Com relação ao cumprimento do edital e vínculo ao instrumento convocatório, o julgamento do recurso da empresa GERALDO CESAR JUNG deu-se dentro da legalidade e da jurisprudência do próprio TCE, razão pela qual não há que se falar no acolhimento das razões recursais.

Dessa forma, manifesta-se esta procuradoria pela improcedência do Recurso Administrativo apresentado por L. RIBEIRO EJRELI.

S. M.J. É o parecer. Coronel Vivida PR, aos 30 de julho de 2021.

Tiago Bernardo/Buginski de Almeida

OAB/PR 67.071

Procurador Municipal

CORONEL VIVIDA
UMA CIDADE PARA TODOS



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



DECISÃO DE RECURSO

REFERENTE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021

Recorrente: L. RIBEIRO - EIRELI.

O presente julgamento se reporta ao Recurso quanto à decisão da Comissão de Licitação em habilitar a empresa GERALDO CESAR JUNG, na Concorrência Pública nº 02/2021, que tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA".

O recurso da empresa L. RIBEIRO - EIRELI merece análise, pois foi interposto dentro do prazo legal. A empresa recorrente apresentou suas alegações via e-mail em data de 28 de julho de 2021 as 10h:44min e original no setor de protocolo do município sob nº 59010, o qual faz parte integrante do processo.

O recurso foi encaminhado ao setor jurídico do município para análise e parecer, o qual no dia 30 de julho de 2021, emitiu parecer no qual manifesta-se pela improcedência do recurso apresentado por L. RIBEIRO EIRELI.

Após análise do recurso apresentado, bem como de acordo com a orientação da assessoria jurídica do município, tendo em vista que o contrato social foi apresentado na fase de credenciamento (pgs. 139 a 140), decidimos manter a decisão de HABILITAR a empresa GERALDO CESAR JUNG.

Encaminhe-se para a autoridade superior, para a decisão final.

Coronel Vivida, 04 de agosto de 2021.

Dinara Mazzucatto Presidente da CPL

lana R/Schmid Membro da CPL Fernando Q. Abatti Membro da CPL

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 – Coronel Vivida – Paraná Fone: (46) 3232-8300 – e-mail: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ



DECISÃO FINAL DE RECURSO REFERENTE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021

Recorrente: L. RIBEIRO - EIRELI.

O presente julgamento se reporta ao Recurso quanto à decisão da Comissão de Licitação em habilitar a empresa GERALDO CESAR JUNG, na Concorrência Pública nº 02/2021, que tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA".

O recurso merece análise, pois foi interposto dentro do prazo legal.

A Comissão de Licitação manteve a sua decisão, ou seja, de HABILITAR a empresa GERALDO CESAR JUNG.

Após análise do recurso e com base no parecer jurídico, o qual manifesta-se pela improcedência do recurso da empresa L. RIBEIRO – EIRELI; ratifico a decisão da Comissão Permanente de Licitação e mantenho habilitada a empresa GERALDO CESAR JUNG, pois a mesma apresentou o contrato social no credenciamento.

Coronel Vivida, 06 de agosto de 2021.

Anderson Manique Barreto, Prefeito Municipal.

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:30

Para:

'Larin n'

Assunto:

RES: Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021.

Anexos:

Documentos decisão recurso Larin Cp 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

Bom dia

Segue em anexo documentos referente decisão final de recurso administrativo referente a Concorrência 02/2021.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação

De: Larin n <xlarin@hotmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 28 de julho de 2021 10:44

Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto: Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021.

segue em anexo recurso, favor acusar recebimento.

×

Livre de vírus. www.avg.com.

De:

postmaster@outlook.com

Enviado em:

segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:32

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Entregue: RES: Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021.

Anexos:

details.txt; Anexo sem título 00119.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

'Larin n' (xlarin@hotmail.com)

Assunto: RES: Recurso de Inabilitação de concorrente - licitação 02/2021.

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:33

Para:

'Daniela Mattos'

Assunto:

Decisão recurso L. Ribeiro Eireli CP 02/2021

Anexos:

Documentos decisão recurso Larin Cp 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa GERALDO CESAR JUNG.

Bom dia

Segue em anexo documentos referente decisão final de recurso administrativo referente a Concorrência 02/2021.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação



De:

Mail Delivery System < MAILER-DAEMON@coronelvivida.pr.gov.br>

Enviado em:

segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:34

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Successful Mail Delivery Report

Anexos:

details.txt; Message Headers.txt

This is the mail system at host ns1.coronelvivida.pr.gov.br.

Your message was successfully delivered to the destination(s) listed below. If the message was delivered to mailbox you will receive no further notifications. Otherwise you may still receive notifications of mail delivery errors from other systems.

The mail system

<mattos.danielacb@gmail.com>: delivery via

gmail-smtp-in.l.google.com[142.251.0.27]:25: 250 2.0.0 OK 1628519653

s6si18276185edq.246 - gsmtp

De: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em: segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:34

Para: 'simonebiava@hotmail.com'

Assunto: Decisão recurso L. Ribeiro Eireli CP 02/2021

Anexos: Documentos decisão recurso Larin Cp 02-2021.pdf

Prioridade: Alta

A empresa CLODIVALDO LUIZ MARTINS OBRAS

Bom dia

Segue em anexo documentos referente decisão final de recurso administrativo referente a Concorrência 02/2021.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação



De:

postmaster@outlook.com

Enviado em:

segunda-feira, 9 de agosto de 2021 11:35

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto: Anexos:

Entregue: Decisão recurso L. Ribeiro Eireli CP 02/2021

details.txt: A

details.txt; Anexo sem título 00126.txt



A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

simonebiava@hotmail.com

Assunto: Decisão recurso L. Ribeiro Eireli CP 02/2021



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ



CONVOCAÇÃO

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 11/2021, convoca os interessados para participar da Sessão Pública para abertura dos invólucros nº 02 — Proposta de Preços das proponentes habilitadas: L. RIBEIRO — EIRELI e GERALDO CESAR JUNG.

Data: 12/08/2021 (quinta-feira) às 09:00hs.

Local: Sede do município de Coronel Vivida, na sala de licitações.

Endereço: Praça Ângelo Mezzomo, s/n, centro.

Coronel Vivida, 10 de agosto de 2021.

Dinara Mazzucatto, Presidente da CPL.



DESTI	NATÁRIO DO OBJE	TO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO	THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAME		
	IPI IRIGISI ICI SENNIOIRIAI I ILOCALITE MIOIPI I WIZI I WI	AIRINICII RIQ I	55145111
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE I	DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÎVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIB	LE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMP SIGNATURE DE L'AGENT	REGADO /	
		RETOUR DANS LE VERS	

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021

ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

RAZÃO SOCIAL: CLODIVALDO LUIZ MARTINS OBRAS

CNPJ: 40.497.011/0001-43

ENDEREÇO: RUA ESTEVÃO PIRES CARNEIRO, 5545, CHOPINZINHO - PR

TELEFONE: (46) 99923-6294

E-MAIL: <u>SIMONEBIAVA@HOTMAIL.COM</u>
DATA DE ABERTURA: 16 de julho de 2021

HORA DE ABERTURA: 09:00 horas.

Em. 15.08.21.28:43



De: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em: terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:24

Para: 'Daniela Mattos'

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de pre

Anexos: 15.1. Convocação abertura propostas CP 02-2021.pdf

Prioridade: Alta

A empresa GERALDO CESAR JUNG.

Segue em anexo convocação referente a abertura das propostas de preços das proponentes habilitadas.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação.

De: Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@coronelvivida.pr.gov.br>

Enviado em: terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:24

Para:licitacao@coronelvivida.pr.gov.brAssunto:Successful Mail Delivery ReportAnexos:details.txt; Message Headers.txt

This is the mail system at host ns1.coronelvivida.pr.gov.br.

Your message was successfully delivered to the destination(s) listed below. If the message was delivered to mailbox you will receive no further notifications. Otherwise you may still receive notifications of mail delivery errors from other systems.

The mail system

<mattos.danielacb@gmail.com>: delivery via
 gmail-smtp-in.l.google.COM[142.251.0.27]:25: 250 2.0.0 OK 1628601860
 r13si2892397vsp.334 - gsmtp

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br De:

terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:25 **Enviado em:**

'xlarin@hotmail.com' Para:

Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços **Assunto:**

15.1. Convocação abertura propostas CP 02-2021.pdf Anexos:

Prioridade: Alta

A empresa L. RIBEIRO - EIRELI.

Segue em anexo convocação referente a abertura das propostas de preços das proponentes habilitadas.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação.

De: postmaster@outlook.com

Enviado em: terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:25

Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto: Entregue: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços

Anexos: details.txt; Anexo sem título 00019.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

xlarin@hotmail.com

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços

De:licitacao@coronelvivida.pr.gov.brEnviado em:terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:26

Para: 'simonebiava@hotmail.com'

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços

Anexos: 15.1. Convocação abertura propostas CP 02-2021.pdf

Prioridade: Alta

A empresa CLODIVALDO LUIZ MARTINS OBRAS.

Segue em anexo para conhecimento convocação referente a abertura das propostas de preços das proponentes habilitadas.

Informamos que o envelope de proposta de sua empresa foi devolvido lacrado via correio.

Favor confirmar recebimento.

At. Divisão de Licitação.

De:

postmaster@outlook.com

Enviado em:

terça-feira, 10 de agosto de 2021 10:27

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Entregue: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços

Anexos:

details.txt; Anexo sem título 00028.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

simonebiava@hotmail.com

Assunto: Concorrência Pública nº 02/2021 - abertura propostas de preços

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS Ag: 36300969 - AC CORONEL VIVIDA

CORONEL VIVIDA

- PR

CNPJ...: 34028316446896 Ins Est.: 1012097251 COMPROVANTE DD CLIENTE

Cliente..... MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA

CNPJ/CPF....: 76995455000156 Doc. Post...: 445745656

Contrato...: 9912504751 Cod. Adm.: 20300450

Cartao..: 75842467

Movimento.:: 10/08/2021 Hora....:: 14:37:01 Caixa....:: 101700502 Matricula.:: 85673200 Lancamento.: 025 Atendimento: 00022 Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 2102624840

DESCRIÇÃO QTD. PREÇD(R\$)
SEDEX CONTRATO AG T 1 27,67+
Valor do Porte(R\$)..: 21,31

Valor AdValoren....: 0,01 Valor Declarado(R\$).: 22,00

Postagem ocorrida apos o horario limite de post agem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao pr azo padrao de entrega

SEDEX CONTRATO AG T

27,67+

Valor do Porte(R\$) 21,31

Cep Destino: 85560-000 (PR)

Peso real (KG) 0,043

Pesò Tarifado: . . . 0,043

OBJETO 08334927171BR

AVISO DE RECEBIMENTO: 6,35

Valor AdValoren 0,01

Valor Declarado(R\$) . . . 22,00

Postagem ocorrida apos o horario limite de post agem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao pr azo padrao de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(RS)

55, 34

A FATURAR

Reconheço a exatidão do(s) serviço(s) prestado(s), o(s) qual(is) foram autorizados mediante a apresentação do cartão de postagem e que serão pagos por meio de fatura. Es valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG:

Ass. Responsável....

Postagem ocorrida apos o horario limite de post agem (DH), sera acrescido 1 (um) dia util ao pr azo padrao de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

O acompanhamento desses objetos poderá ser realizados pelos remetentes e destinatários por meio do portal dos
Correios https://www.correios.com.br/
ou pelo aplicativo de rastreamento
Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pré—Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete deste comprovante, para eventual contato com os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 8.6.00





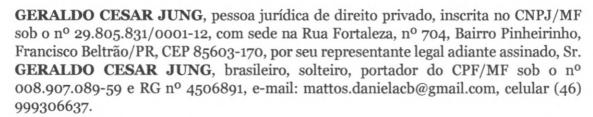
GERALDO CESAR JUNG EMPRESÁRIO

CNPJ: 29.805.831/0001-12



CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 02/2021

PROPOSTA COMERCIAL



A empresa acima qualificada, apresenta a sua proposta comercial relativa a licitação, modalidade Concorrência Pública, nº 02/2021, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA, conforme termo de referência – Anexo I; nas seguintes condições:

Item	Qtde	Un.	Cod. PMCV	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	185	M ³	10395	MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MAO-DE-OBRA NECESSARIOS A EXECUCAO DOS SERVICOS.	R\$ 400,00	R\$ 74.000,00

- a) O prazo de registro de precos é de 12 (doze) meses.
- b) A presente proposta tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data do protocolo constante no envelope n^o 02.
- c) Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

As condições de pagamento são as constantes no edital de licitação modalidade Concorrência Pública no 02/2021.

Francisco Beltrão, 16 de julho 2021.

GERALDO CESAR JUNG

CPF no 008.907.089-59

Rua Fortaleza, nº 704, Pinheirinho Francisco Beltrão – PR r y

9

LARIN RIBEIRO & CIA LTDA- ME RUA JOAO ROMANO POLESE, 381 – B. SÃO CRISTOVÃO I, 2ª PARTE 85550-000 – CORONEL VIVIDA – PR

CNPJ - 08.719.582/0001-72 - FONE - 46-99903-1080

ANEXO V CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 02/2021 PROPOSTA COMERCIAL

À Comissão de Licitação do Município de Coronel Vivida

Razão Social: L. RIBEIRO - EIRELI

CNPJ: 08.719.582/0001-72

Endereço: RUA JOAO ROMANO POLESE, 381 - SÃO CRIST.I, CEL.VIVIDA-PR

E-mail: XLARIN@HOTMAIL.COM

Telefone: 46-99903-1080

Agência: 4593

Conta Bancária nº: 003-000000239-0 Banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A empresa acima qualificada, apresenta a sua proposta comercial relativa a licitação, modalidade Concorrência Pública, nº 02/2021, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA, conforme termo de referência – Anexo I; nas seguintes condições:

ITEM	QTDE ESTIMADA	UN	COD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR UN. PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO PROPOSTO R\$
01	185	M/3	10395	MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MAO-DE-OBRA NECESSARIOS A EXECUCAO DOS SERVICOS	403,00	74.555,00

- a) O prazo de registro de preços é de 12 (doze) meses.
- b) A presente proposta tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data do protocolo constante no envelope nº 02.
- c) Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação; As condições de pagamento são as constantes no edital de licitação modalidade Concorrência Pública nº 02/2021.

Coronel Vivida, 16 de julho de 2021.

LARIN RIBEIRO

7

Órgão: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA

Endereço

Dados do Processo

Endereço: Cidade/UF:

CNPJ:

PRAÇA ANGELO MEZZOMO

Processo no:

70/2021

Tipo: Licitatória

CORONEL VIVIDA - PR

76.995.455/0001-56

Modalidade:

Concorrência

Critério de Julgamento: Menor preço - Item - Serviços

Descrição do Objeto

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE **OBRA**

Dados do Fornecedor

Fornecedor: 0 - L. RIBEIRO - EIRELI

CNPJ / CPF: 08.719.582/0001-72

Endereço:

RUA JOAO ROMANO POLESE, 381 - SAO CRISTOVAO

Cidade:

CORONEL VIVIDA - PR

CEP:

85550-000

Dados dos Itens

Lote	Item	Descrição do Item	Prazo de Execução	Validade Proposta	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total por Item
-1		MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MAO-DE-OBRA NECESSARIOS A EXECUCAO DOS SERVICOS	12 Meses	60 Dias	M³	185,0000	R\$ 403,0000	R\$ 74.555,00
						Valor	Total da Proposta	R\$ 74.555,00

Resumo Final por Lote

Lote	Descrição	Valor Total
1	NEW TO THE THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE	R\$ 74.555.00

Prazo de Execução da Proposta: 12 MESES

Validade da Proposta: 60 Dias

Dados do Representante Legal

Carimbo do CNPJ Representante Legal











Nome: LARIN RIBEIRO Cargo: TITULAR Tipo do Documento: CNPJ / CPF Documento: 029.113.499-89 Data da Impressão: 15/07/2021 Ass./Carimbo:

Proposta Comercial - Emissão: 15/07/2021 às 17:32:49













CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

RAZÃO SOCIAL: GERALDO CESAR JUNG

CNPJ: 29.805.831/0001-12

ENDEREÇO: RUA FORTALEZA, 704, PINHEIRINHO, FCO

BELTRÃO/PR

TELEFONE: 46 999306637

E-MAIL: mattos.danielacb@gmail.com

DATA DE ABERTURA: 16 de julho de 2021

HORA DE ABERTURA: 09:00 horas.



PROTOCOLONº58,93001

:80 6.70.30 os:



CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021 ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA

RAZÃO SOCIAL: L. RIBEIRO - EIRELI

CNPJ: 08.719.582/0001-72

HORA DE ABERTURA: 09:00





COMISSÃO DE LICITAÇÃO ATA № 42/CPL/2021

DA REUNIÃO - OBJETIVO: Efetuada para proceder à abertura, análise e julgamento das propostas de preços das empresas habilitadas, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Concorrência Pública nº 02/2021, de 14 de junho de 2021.

DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Designação: Portaria nº 11/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Presidente: Dinara Mazzucatto, Membros Efetivos: Fernando de Quadros Abatti, Iana Roberta Schmid, Leila Marcolina. Membros Suplentes: Aline Mari dos Santos Canova, Douglas Cristian Strapazzon, Elizangela Veis Sponhoiz, Flaviane Gubert Siqueira.

DA REUNIÃO: 12 de agosto de 2021, às 09h00. Local: Sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Foi enviado via e-mail às empresas Clodivaldo Luiz Martins Obras, Geraldo Cesar Jung e L. Ribeiro – Eireli a convocação para participar da abertura dos envelopes de proposta.

Aberta a sessão pela Senhora Presidente, após constatar, estarem os respectivos envelopes inviolados. A Senhora Presidente declarou, a seguir, que não aceitava mais observações de qualquer natureza com relação aos documentos do envelope nº 01, não cabendo, também revisão relativamente à decisão final do julgamento da documentação integrante do envelope nº 01.

DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: A Comissão de Licitação efetuou a abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas, lendo em voz alta o preço global e prazo validade e de execução proposto, a saber: proponente: Geraldo Cesar Jung, Item 01, valor unitário de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo um total estimado de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), prazo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, prazo de registro de preços: 12 (doze) meses; proponente: L. Ribeiro – Eireli, Item 01, valor unitário de R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais), perfazendo um total estimado de R\$ 74.555,00 (setenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), prazo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, prazo de registro de preços: 12 (doze) meses. As mesmas foram rubricadas pela comissão de licitação.

DA CLASSIFICAÇÃO: Após análise detalhada de todos os elementos da mesma, como também da conferência dos preços, a comissão decidiu classificar as seguintes proponentes:

Item	Classificação	Empresa	Valor Unitário R\$	Valor Total
				Estimado R\$
01	1º	Geraldo Cesar Jung	400,00	74.000,00
	2º	L. Ribeiro – Eireli	403,00	74.555,00

DO RESULTADO: A comissão de licitação irá publicar o edital de classificação e resultado, sendo aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação no diário oficial



7 ·





do município para interposição de recurso, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar a Sra. Presidente deu por encerrada à sessão, para constar a Comissão Permanente de Licitação lavrou a presente Ata que lida e achada conforme segue adiante assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação.

Dinara Mazzucatto

Presidente da CPL

Fernando Q. Abatti

Membro da CPL Membro da CPL

Leila Marcolina

Membro da CPL



EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021.

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2021, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar as seguintes proponentes:

Item	Classificação	Empresa	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	1º	Geraldo Cesar Jung	400,00	74.000,00
	2º	L. Ribeiro – Eireli	403,00	74.555,00

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes caso sintam-se prejudicadas, para interposição de recurso.

Coronel Vivida, 12 de agosto de 2021.

Dinara Mazzucatto
Presidente da CPL

lana R. Schmid

Fernando Q. Abatti Membro da CPL

Leila Marcolina Membro da CPL

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:41

Para:

'Daniela Mattos'

Assunto:

Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

Anexos:

18. Ata abertura propostas CP 02-2021.pdf; 19. Edital de Classificação e

Resultado CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa GERALDO CESAR JUNG

Segue em anexo Ata da CPL referente a abertura das propostas das empresas habilitadas e edital de classificação e resultado.

O edital será publicado na edição de amanhã (13/08/2021) do Diário Oficial do Município. Conforme consta no edital, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação, para interposição de recursos a qualquer das proponentes, caso se sinta prejudicada.

Favor confirmar recebimento

At. Divisão de Licitação

De: Mail Delivery System <MAILER-DAEMON@coronelvivida.pr.gov.br>

Enviado em: quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:41

Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br Assunto: Successful Mail Delivery Report

Anexos: details.txt; Message Headers.txt

This is the mail system at host ns1.coronelvivida.pr.gov.br.

Your message was successfully delivered to the destination(s) listed below. If the message was delivered to mailbox you will receive no further notifications. Otherwise you may still receive notifications of mail delivery errors from other systems.

The mail system

<mattos.danielacb@gmail.com>: delivery via gmail-smtp-in.l.google.com[64.233.190.26]:25: 250 2.0.0 OK 1628772080 z33si2147595ota.144 - gsmtp

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:42

Para:

'xlarin@hotmail.com'

Assunto:

Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

Anexos:

18. Ata abertura propostas CP 02-2021.pdf; 19. Edital de Classificação

Resultado CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa L. RIBEIRO - EIRELI

Segue em anexo Ata da CPL referente a abertura das propostas das empresas habilitadas e edital de classificação e resultado.

O edital será publicado na edição de amanhã (13/08/2021) do Diário Oficial do Município. Conforme consta no edital, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação, para interposição de recursos a qualquer das proponentes, caso se sinta prejudicada.

Favor confirmar recebimento

At. Divisão de Licitação

De:

postmaster@outlook.com

Enviado em:

quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:42

Para:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto:

Entregue: Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

Anexos:

details.txt; Anexo sem título 00027.txt



A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

xlarin@hotmail.com

Assunto: Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

De:

licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Enviado em:

quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:42

Para:

'simonebiava@hotmail.com'

Assunto:

Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

Anexos:

18. Ata abertura propostas CP 02-2021.pdf; 19. Edital de Classifica

Resultado CP 02-2021.pdf

Prioridade:

Alta

A empresa CLODIVALDO LUIZ MARTINS OBRAS

Segue em anexo Ata da CPL referente a abertura das propostas das empresas habilitadas e edital de classificação e resultado.

O edital será publicado na edição de amanhã (13/08/2021) do Diário Oficial do Município. Conforme consta no edital, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação, para interposição de recursos a qualquer das proponentes, caso se sinta prejudicada.

Favor confirmar recebimento

At. Divisão de Licitação

De: postmaster@outlook.com

Enviado em: quinta-feira, 12 de agosto de 2021 09:43

Para: licitacao@coronelvivida.pr.gov.br

Assunto: Entregue: Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021

Anexos: details.txt; Anexo sem título 00035.txt



A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

simonebiava@hotmail.com

Assunto: Ata e Edital de Classificação Concorrência 02/2021



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA Departamento Licitações benido Vargas, nº 71, Centro, Davelândia - Parana Cx. Pustai nº 81, CEP 85.530-000 Fores/Fax. (045) 3252-6000, ramai 8007

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2021

UASG: 987509 AMPLA CONCORRENCIA

TIPO: MENOR PRECO POR ITEM

O Município de Cievelándia, Estado do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar licito no dia 23/08/2021. as 99horas, na Sala de Licitações, año à Praça Getilio Vargas, 71 - Cerc Cievelánda – PR, na modalidade de Pregão, na forma Eletônica, através da plastormo COMPRASNET, através do site <u>Into/vaw.compressocyemanenias.gov.lz</u>. o quel tem por do - Registro de praço para aquitação em caráter amergencial da formula silmen Noo Advance, conforme decisão judicial processo nº 001225.83.2021.8.16.0071, quantidades e segocificações mencionada no Termo de Relaráncia.

OBS; O edital e seus anexos poderão ser obildos através da internet, pelos endereços eletrônicos: http://www.comprasgovernamentals.gev.bg e www.clevelandis.pr.gev.bg, podendo também ser solicitado através do e-mail inclus codicionesanda pr.gev.br. Mais Informações pelo tel: (46)325-2607.

Clevelândia, 12 de agosto de 2021.

LUCIA JACINTA PREUSS TONIAL

RESULTADO DA HABILITAÇÃO E AVISO DE ABERTURA DAS

RESULTADO DA HABILITAÇÃO E AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021.
Decorrido o prazo recursal de razões e contrarrazões a Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da Habilitação do processo de licitação tom adolidade TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021 cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para execução de coberturas na Escola lada Kummer, com área total de 898,14 m², de acordo com memoriais e projetos" de acordo como como:

EMPRESAS HABILITADAS

Cazenge Engenharia e Construtora Ltda

Construtora Do Kesne I Ida - ME

LN Construtora de Obras Ltda

Abu Dhabi Construtora Eireli

Erge Construtora Eireli

Madruga Engenharia e Construção Ltda

Leandro Pedro Machado - ME

Servicons Construções Especializada Eireli

EMPRESAS INABILITADAS

S.A. Follmer Construções e Serviços - ME

O inteiro teor do Resultado do Recurso referente a HABILITAÇÃO, está disponível no Departamento de Licitações e no site www.renascenea.pr.gov.hr. Ato contínuo, convoca os interessados e, especialmente os que participam do procedimento licitatório em epigrafe para abentrura do envelope nº 02 (proposade precos) que será realizada no día 16/08/2021 ás 09h30m na sala do Departamento de Licitações, Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, telefone: (46) 3550-8336.

Luciana Almeri Morcelli Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2021 - PMM

OBJETO: Seleção de propostas visando REGISTRAR EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COMPROMISSO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS contratação de serviços de locação de horas máquina para escavadeira hidráulica equipada com acessório Ripper Escarificador, para atender a demanda de serviços da Secretaria de Viação e Obras Públicas desta municipalidade. REÇO MÁXIMO E ESPECIFICAÇÕES: Conforme edital.

ATA DE ABERTURA: 26 de Agosto de 2021 às 09h00min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Departamento de Licitação, situada a Praça Francisco Assis Reis, 1060.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br.

Maiores informações pelo fone (046) 3243-1122.

Mangueirinha, 12 de Agosto de 2021.

Publique-se

Dorli Netto Pregoeiro



AGOSTO DE 2021.

Prorroga o prato de vigência do contrato por mais 12 meses.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2021.

o item 01, passando de RS 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos) para

R\$ 5,90 (cinco reals e noventa centavos). AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL № 54/2021, DE 12 DE AGOSTO DE 2021.

LEI Nº 1066/2021. DE 12 DE AGOSTO DE 2021.

icipal a Proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial na Le

Autoriza o Esecutivo Municipal a Proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial na La Corpamentaria Annual para 2072.

RESOLUÇÃO Nº 01/2021, DE 12 DE AGOSTO DE 2021-CMDI Aprovação Termo de Adesão e Termo de Ação Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idos RS120.000.00 resú do Governo do Estado do Parana.

A publicação na integra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico http://www.diariomunidipal.com.br/amp, edição do dia 13 de AGOSTO de 2021, conforme Lei Autorizativa ni 127 de 07 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2021

AVISO DE EDITAL DE CHAMMENTO PÚBLICO Nº 11/10/21

O Municipio de Cornel Vivida, torra público para conhecimento dos interessados, que realizará Chamamento Público, oblevando o CREDENCIAMENTO de pessoas fisicas para função de Supervisor de Equipe e Visitador Social, para atuarem no âmbito do Secretará Municipal de Assistância para trabalhar no Programa Primeira Infinicia - Cristaga Feliz. Os interessados deverão protocolar no setor de protocolo do município de Cornel Vivida - PR os documentos ediçãos no Edital entre o dies 17 de agestado de 2014 ata e 90º 00 horas, do dia 90 de setembro de 2021. A abertura dos envelopes dar-sa-á no día 99 de setembro de 2021, apés as 09:00 horas, no predio sede dum Perializar, localizado na Praça Árgelo Mezzamo, sin, centro, CEP 85.59-00 - Cornel Vivida - Estado do Parana. O valor total de contratagõe de 487 198.000,00 o meiro teor do edital e seus anexos poderão ser examinados e netrados, através do sita. Vervica de completo de completo de completo de 100 de 100

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÓNICO № 48/2021
TIPO MENOR PRECO POR LOTE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, QUE
POSSUA OUTORGA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM CONEXÃO ATÉ SG, NA
MODALÍDADE POS PAGO, VIA REDE MÓVEL DISPONÍVEL NACIONALMENTE, COM
TECNOLOGIA DIGITAL, HABILITAÇÃO E FORNECISMENTO DE SIM CARD (CHIPS), SEM
FORNECIMENTO DE APARELHOS, PARA ATENDIMENTO DAS ATVIDADES DO MUNICÍPIO
DE CORONEL VIVIDA Início de cadastro das propostas: a patrí ado 800/00mi nd od dia 17 de agosto de 2021 até às 08/800mi nd od de 27 de agosto de 2021. Nacional de 27 de agosto de 2021. VALOR MÁXIMO TOTAL: RS 31.197.60. Pizazo de vigência: 12 meses. Os
procedimentos para acesso ao Pregão Eletrónico estido disponíveis no site www.licitacoess.com.ly. O dicial está disponívei no siste www.licitacoess.com.ly. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 12 de agosto de 2021. Dinara
Mazzucatio - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO
REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 402/02/1.
A comissão de licitação comunica sos interessados na execução do objeto do Edital de
CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 02/2021, que após a análise e verificação das propostas ofertadas,

Item	Classificação	Empresa	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	10	Geraldo Cesar Jung	400,00	74.000,00
	20	L. Ribeiro - Eireli	403,00	74.555,00

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 55 (cinco) dias útela contados da data de publicação desta edital, a comissão de ilicitação derá vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes caso sistem-se prejudicados, para interposição de recurso. Coronel Vivida, 12 de agosto de 2027. Distara Mazcuello, Presidente da OFPL; lana R. Schmid, Membro da CPL; Fernando Q. Abatti, Membro da CPL; Leila Marcolina, Membro da CPL.

MUNICIPIO DE CORONEI, VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

creto 7711/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de 85 701.066,51. A publicação na integra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Decreto 7712/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de Decreto (11/2/04), de 11 de agosto de clis. Sumula: Ante Ciento Acocona inspecia no vaus 85 250,200,00 Apphilicação na integra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endes eletránicos: hips//www.diariomunicipal.com.hr/sup/ - conforme autorizado pela Lei Municipa 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Decreto 7713/2021, de 11 de agosto de 2021, Súmula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de RS 7.793.690,17. A publicação na Integra dos atos acima encontra-se disposível no seguinte endereço eletrônico: https://www.diarionunnicipel.com.ht/ampi - conforme autorizado pela Lei Municipal n° 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentado pelo Decreto n° 7691, de 14 de julho de 2021.

Decreto 7714/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Abre Crédito Adicional Especial no valor de Decreto "(14204), de 11 e agosto de 12-3 uniual. Nel cettado Autorizado a Special in Antonio S. 888 85.05.00. A publicação en la luegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.diarionunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal n° 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto n° 7691, de 14 de julho de 2021.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 3082/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 720.000,00, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 2775/2017 (PPA 2018 a 2021), nº 2927/2019 (LDO para 2020) e nº 2942/2019 (LOA para 2020. A publicação na integra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: hap://www.diurionunicipal.com.be/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho

LEI Nº 3083/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 250.200,00, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 2775/2017 (PPA 2018 a 2021), nº 2927/2019 (LDO para 2020) e nº 2942/2019 (LOA para 2020. A publicação na integra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <u>http://www.diariomunicipal.com.br/amp/</u> - conforme autorizado pela Lei Municipal n° 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto n° 7691, de 14 de julho

LEI Nº 3084/2021, de 11 de agosto de 2021. Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 7.923.690,17, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 2775/2017 (PPA 2018 a 2021), nº 2927/2019 (LDO para 2020) e nº tata leis realizabat en la Tristori III. 2016 a 2011, a 221/2019 (LOA para 2020. A publicação na integre dos atos acina encontre-sez disponível no seguinte endereço eletrônico: hitos/veros diarinominifost.com.br/ampi - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISIO DE LIGITAÇÃO

AVIS DE LIGIT

PROCESSO N° 145/2021 Modalidade de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO N° 63/2021

O Municipio de Palmas, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará processo de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº, 63/2021, e conforme especificações deste certame nas condições fixadas no Edital e seus ar licitação do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM".

INÍCIO DA SESSÃO: 09:15 do dia 25/08/2021.

CREDENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Junicipio

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

. a. a jurgamento e classificação das propostas será addisado o critério de menor preço por item (considerando o preço total do item, ou seja, a quantidade x o preço unitário), observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de to mecânico em peças e equipamentos a solda nos modelos TIG, MIG e NORMAL e velculos, peças e equipamentos das Secretarias Municipala,, de acordo com as específicações de deltal e seus anexos.

Retirada do edital, Local para informações: Divisão de Licitações - Ávenida Clevelândia, nº 521, Centro, Palmas - PR, telefone (46) 3263-7000 - Site: www.licitacoes-

Palmas, 12/08/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME PREVISÃO NO ARTIGO 46, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

PROCESSO N° 146/2021 Modalidade de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO N° 64/2021

O Município de Palmas, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará processo de icitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº. 64/2021, e conforme especificações deste cartame nas condições fixadas no Edital e seus anexos, sendo a licitação do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM".

INÍCIO DA SESSÃO: 09:15 do dia 26/08/2021;

CREDENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE JULGAMENTO: <u>MENOR PRECO POR ITEM.</u>
Para julgamento e classificação das propostas será additado o critério da menor preço por item (considerando o preço tidal de item, ou seja, a quantidade x o preço unitário), observadas as especificações técnicas definidats no Edital.

Retirada do edital, Local para informações: Divisão de Licitações - Avenida Clevelândia, nº 521, Centro, Palmas - PR, telefone (46) 3263-7000 - Site: <u>www.pmp.pr.gov.br</u> e <u>www.ficitacoes</u>-

Palmas, 12/08/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, COMFORME PREVISÃO NO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR 12/2008.

PROCESSO N° 147/2021 Modalidade de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO N° 65/2021

O Municipio de Palmas, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO aos interessados o realizará processo de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÓNICO nº.65/2021, conforme especificações deste certame nas condições fixadas no Edital e seus anexos, sendi-licitação do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM".

INÍCIO DA SESSÃO: 09:15 do dia 27/08/2021:

CREDENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE JULGAMENTO: <u>MENOR PRECO POR ITEM</u>.

Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item (considerando o preço total do item, ou seja, a quandidade x o preço unitário), observadas as específicações tências definidas no Catillal.

OBJETO: Aquisição de cronômetro regressivo de 24 segundos para basquete, para melhorias no Ginásio Municipal de Esportes Monsenhor Engelberto, de acordo com as especificações do edital e seus anexos.

Retirada do edital, Local para informações: Divisão de Licitações - Avenida Clevelândia, nº 521. Centro, Palmas - PR, telefone (46) 3263-7000 - Site: www.pmp.pr.gov.br e www.licitacoes-s.com.br.

mas, 12/08/2021

TOTAL

868.505,00

Art. 2º) - Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do crédito Adicional Especial acima estão indicados a seguir:

I - Excesso de Arrecadação por fonte de recursos, relativo aos valores decorrentes de rendimentos de aplicação financeira e de Transferências Voluntárias do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, a título de incremento temporário do PAB e do MAC, nos termos das propostas aprovadas pelo órgão repassador, e de conformidade com o que abaixo especifica:

NOMENCLATURA DA FONTE	Órgão	Fonte de recursos	Valor do Excesso de Arrecadação Estimado
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde MS/FNS- Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)		4940	868.505,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMADO	868.505,00		

Art. 3°) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



Publicado por: Ademir Antonio Aziliero Código Identificador:EF997B08

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

REF: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021.

A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2021, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar as seguintes proponentes:

Item	Classificação	Empresa	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	1°	Geraldo Cesar Jung	400,00	74.000,00
01	2°	L. Ribeiro – Eireli	403,00	74.555,00

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes caso sintam-se prejudicadas, para interposição de recurso.

Coronel Vivida, 12 de agosto de 2021.

DINARA MAZZUCATTO

Presidente da CPL

IANA R. SCHMID

Membro da CPL

FERNANDO Q. ABATTI Membro da CPL

LEILA MARCOLINA

Membro da CPL

Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:867106AC

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PORTARIA N.º 084/2021

PORTARIA N.º 084/2021

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

331





PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021

DATA: 14/06/21

ABERTURA: 16/07/21

HORÁRIO: 09:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

Analisadas as propostas apresentadas pelos licitantes concorrentes no edital epigrafado, a Comissão de Licitação encaminha ao setor jurídico o processo licitatório para parecer de julgamento e posterior envio ao chefe do poder executivo, para a decisão final quanto à adjudicação e homologação do objeto ao licitante:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	GERALDO CESAR JUNG	29.805.831/0001-12	400,00	74.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Vivida, 20 de agosto de 2021.

Dinara Mazzucatto
Presidente da CPL

Fernando Q. Abatti Membro da CPL

lana R. Schmid Membro da CPL

Leila Marcolina

Membro da CPL





Coronel Vivida, 20 de agosto 2021.

MEMORANDO Nº 51/2021

DE:

Divisão de Licitações e Contratos

PARA: Tiago Bernardo Buginski de Almeida

Procurador Jurídico

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO PARA PARECER DE JULGAMENTO

Encaminhamos a Concorrência Pública nº 02/2021 na integra, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA, para análise e parecer jurídico de julgamento.

Atenciosamente,

Dinara Mazzucatto

Diretora do Depto. de Compras e Patrimônio





PARECER JURÍDICO

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Concorrência Pública 02/2021.

Senhor Prefeito,

Trata-se de procedimento que objetiva o registro de preços para futuras e eventuais prestações de serviços de construção de muro de arrimo de alvenaria e pedra argamassada, com fornecimento de pedra e mão de obra.

O parecer jurídico foi emitido em face da solicitação do Departamento de Licitação.

Os autos foram analisados pela Procuradoria Jurídica até as fls. 77, tendo sido emitido parecer prévio acerca da fase interna no dia 11/06/2021, às fls. 78/81.

Nessa oportunidade, o feito é encaminhado novamente para parecer jurídico, no que tange à legalidade da tramitação da fase externa da Concorrência Pública nº 02/2021.

O aviso de licitação foi publicado no dia 15/06/2021, nos órgãos de imprensa oficial escrita, no Diário Oficial Eletrônico do Município, ainda, consta o comprovante do mural de licitações do TCE/PR, de protocolo na Câmara de Vereadores e no mural do Município, obedecendo ao contido no art. 21 da Lei 8.666/93 e art. 78, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal, bem como as diretrizes que determinam a transparência (fls. 127/132).

No referido Edital restou estabelecido que a abertura das propostas se daria no dia 16/07/2021, respeitando-se o prazo mínimo previsto no art. 21, § 2º, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93.

Observa-se que foi acostada ao procedimento licitatório a ata da reunião de abertura e julgamento realizada na data de 16/07/2021, às fls. 261/262, cuja análise documental foi realizada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. No referido ato, as empresas CLODIVALDO LUIZ MARTIS OBRAS e GERALDO CESAR JUNG foram consideradas INABILITADAS.

Ato contínuo, foi interposto Recurso Administrativo pela empresa GERALDO CESAR JUNG (fls. 310/317). Manifestando-se, esta Procuradoria emitiu parecer pelo provimento do recurso (fls. 320/321), cuja decisão consta das fls. 322/323.

Em razão do êxito recursal citado, a empresa L. RIBEIRO — EIRELI também interpôs Recurso Administrativo (fls. 330/341 e 343/348), cujas razões não mereceram procedência, conforme parecer jurídico da douta Procuradoria Municipal de fls. 350 e decisão de recurso de fls. 351/352.

Assim sendo, as empresas vencedoras foram convocadas (fls. 359), cuja ata consta das fls. 375/376 e edital de classificação e resultado de fls. 377.

Da mesma forma consta às fls. 386 o parecer da comissão permanente de licitação, devidamente assinado pela presidente e pela equipe de apoio.

Diante do exposto, nos estritos limites da análise jurídica, excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a análise documental já realizada, bem como ressalvando-se o contido no parecer inicial, não se observa, na fase externa do presente certame, qualquer ofensa à Lei Federal nº 8.666/93 capaz de obstar o prosseguimento do feito.

S. M. J. É o parecer.

Coronel Vivida-PR, aos 24 de agosto de 2021.

Tiago Bernardo Buginski de Almeida

OAB/PR 67.071

Procurador Municipal

CORONEL VIVIDA
UMA CIDADE PARA TODOS





TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA № 02/2021

DATA: 14/06/21

ABERTURA: 16/07/21

HORÁRIO: 09:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO DE OBRA.

Analisados todos os atos referentes a Concorrência Pública nº 02/2021, HOMOLOGO E ADJUDICO o procedimento licitatório em epigrafe ao licitante:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR	VALOR TOTAL
			UNITÁRIO R\$	ESTIMADO R\$
01	GERALDO CESAR JUNG	29.805.831/0001-12	400,00	74.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Coronel Vivida, 24 de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE Assinado de forma digital por ANDERSON MANIQUE BARRETO:9673110999 BARRETO:96731109991 Dados: 2021.08.25 14:01:44 -03'00'

Anderson Manique Barreto Prefeito

DIÁRIO DO SUDOESTE

Publicações L

Caderno Integrante da Edição nº 7961 | Pato Branco, 26 de agosto de 2021

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS - COMARCA DE SÃO JOÃO - ESTADO DO EIS - COMARCA DE SÃO JOÃO - ESTAL MARIA DA ERAÇA BURNO ROCHA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

MARIA DA URACA BURKO ROCHA Oficial do Serviço de Registro de Imóveis pesta Comarca de 186 João, Estado do

pellat Centracia del 86 kola. Estado a con pellat Centracia del 86 kola. Estado da Paranol,
FAZ SARRE, aos que a premiera fadra da Halfidoução virem ou dete
funificamento invasión, quel por intermedio antia publicação, os chemos
a Arriga 25 s. 4" do que 46 kg/4" por solicipido da cisación CAVA
FCOMPANICA FEDERAL cuesidame que Ficom indificación da Sistema CAVA
FCOMPANICA FEDERAL cuesidame que Ficom indificación o da ARTONIO
(CREAT SARRES, Esca, puego du mixica, decorrente do confrato de
FRISCOMPANCIO FEDERAL cuesidame que Ficom indificación contrato de
FRISCOMPANCIO FEDERAL cuesidame que Ficom indificación
FRISCOMPANCIO FOR del 80 kg/4 con
FRISCOMPANCIO POR PORTO PORTO PORTO
FRIS da Quipara más Pis viluado no Rioudos du Destro Di ArAbraio
FRISCOMPANCIO PORTO PORTO PORTO PORTO
FRIS del cumpionento aco obrigações o contratos e voltemantes por
filo contrato producido por
forma porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto
porto
porto porto porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto
porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto Porto
porto Porto de Registro de Imáveis de São João, situado no Rua Blo Grande da Sul et 110. Centra, nesto cidade e Comisca de São João PE, nora desersão vietura o puesa de setá no procesiva por proceso de la São Barbara de La São de Constitución de la Constitución de publicação deste Estar, tenta aportundadore, contratem ao Esta AMONIO CAMARGO estar AMONIO CAMARGO, cuántificados puesa o devida de constitución de referida obrigação no protes por infladados, paramero a devida de constitución por que proceso de mitiva de Camardiación por proceso de mitivade em Raraz da Cedara Moucaria, nos termos do Artigo 26, § 7º da Lei 9.514/87.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EIS - COMARCA DE SÃO JOÃO - ESTADO DO PARANÁ MARIA DA GRAÇA BURKO ROCHA

MARIA DA GRACA BURKO ROCHA Oficia de Serviço de Registro de Imévels desta Connecia de São João, Estado do

Porand.

FAZ SABER, dos qua o presente Edital de Notificação vivem ou dele FAT SABER, dos qua o presente Edid de Hotificação vivem ou des-coniscimento hererem, que por intermédio destig tubilicação en termos a ritiga 7.8 p. § 1, du lei 6.31471, por lockhopa du presence CALIA-ECONÓMICA RECERAL comistera que fina notificado e 9. MANDRELET PAULO CHARGA, CP et 003A-5149-33, para prespira do mera decemente de refereiros de financionento involútica en FISSASUSSADA, gerantido por Alemnição fistualdam, immusta em 31 de Marquia de 2018, migitirado por Alemnição fistualdam, immusta em 31 de Marquia de 2018, migitirado poto en R.2 na monitoria en 2245, deste Carloto, intériente ao intéries pote en 106 do Quadram 104, traudo no Quadro Urbano da cidade de 55to uniço 100 de Per los registros ao quadra como Comistante en Alemante, ficando intériado para fise de cumeremento dos obrigações comenham resolidas con seccionas em lugar escelta en eño acudido, a comparisso no Seniço de Registro de Innáreiro de sobra filo de companios no Seniço de Registro de Innáreiro de 36 a João P., a nosa deverá de Suar el 110, Certia, nesto cidade e Comisso de 36 a João P., nosa de everá delibutir o Centra, nesta cidade e Comerca de São João PR, onde devera eletura o purpa do débita na praza improrropávol do 15 dias, contados a partir do data a publicação daste Editol. Nesta oportunidade, fica também o Sir Wanderley Paula Chagas, clerifilizado que a não cumprimento da refersa obligação no praza estudado, garante o direito de consolidação do propriesade do inével em tovor da credora fidualdia. nos termos do Artigo 76, § 7º do Lei 9.514/9

São João PR. 16 um Agosto de 2021.-

DERVICO DE RECISTED DE MOVETS DA COMARCA DE TÃO JOÃO ESTADO DO RARANA RUE RIO CEMBRE DO SIL, 110 CEP 85570-500 CIPU T. 829-584-0001-50



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ASSOCIADOS

O INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS, possos jurídica de direito privado, inscrita no CNP-JAMF sob nº 08.092 8 19/001-06, com sede na Rua Dr. Silvio Vidal, 67, Pato Branco - Paranat, PAE SABER aos associados da referidas empresa que no dia 31 de agosto de 2011, ao 18/11 filmin, em primeira convocação com 23 dos associados aplas a votar e 19/00m horas em esunada convocação com o mínimo de 10 membros associados aplos a votar. O local da A.G.O. será presencial na sala de reuniões de Hospital São. Lucas de Pato Paranco e também por videoconferência através de aplicativo Zoom, com a seguinte pauta. A) Prestação de contas ano 2020 B) Parecer do Conselho Fiscal C) Aprovação das contas do ano 2020.

Dr. João Petry

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - ESTADO DO PARANÁ

ESPÉCIE: Extrato do Contrato nº 015/2021. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPRIZINHOIPR CONTRATADA: INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGAOS PUBLICOS. LTOA — EPP (IGAM), CHP.) 01 484 706/0001-39. 08 LETO: carbriagão de ampresa especializade para revisido e atlustração da Let Orgânica Municipal e do Regimento interno da Câmara Municipal e do Regimento interno da Câmara Municipal de Indicabando P.V. ALON OTIVAL. 187. 500.000 Qvinte seis mil reasis. DRIGEM: inaugobilidade de Licitação nº 006/2021. FUNDAMENTO LEGAL: sit. 25, da Lei nº 3 66/803. 24 ELEMENTOS DE DESPESSA: R-11. PRAZO DE EXECUÇÃO: 130 das 50. DATA DA ASSINATURA. 2008/2021. Assinam: Erica Valdar Ceru, pela Câmara, e Luis Fernando Ramos, pale empresa.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - ESTADO DO PARANA

ESPÉCIE: Extrato de Contrate nº 016/2021. CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE CHOPRIZINNO/PR. CONTRATADA: WILMSEN & WILMSEN LTDA. CRYP]: nº 039/6 57/20007.

S. GBJETO: signispido de géneros: admenticios a productos de cape a counte a VALOR TOTAL. R3 39/3,6 (trazentos e noventa e canco reais e brinta e seis contavos). ORIGENE: Disponsa de Liculpado nº 007/007/21: FUNDAMENTO L'EGAL: mr. 4, (ii, al. ai n° 86/69/31. ELEMENTOS DE DESPESA: R-22. PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 días. DATA DA ASSINATURA: 1906/2021. Assisma: Enio Vador Cen; pela Calmara, e Valgario 1906 Wiesen; pela empresa.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - ESTADO DO PARANA

ESPÉCIE: Estrato de Contrato nº 017/2021. CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE CHOPRENHOPR. CONTRATADA: SALVADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. CRIP nº 25 210 98/200017-76. DELETO: qualispato de glorinas dimenticios e produtos de concentra VALOR TOTAL. RS 2 305.53 (dois nil. "sezantos e seis reasis e concentra e tris contrato." NO Contrato Contrato. NO Contrato Contrato. Con

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - ESTADO DO PARANÁ

ESPÉCIE: Extrato do Contrato nº 918/2021, CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHIOPICZNHOMP. CONTRATADA: ROTHA INFORMATICA LTDA - ME, CAPJ nº 12/19/16/20073. OBJECTIO: Contralegão da republica seguipara de la contractiva del la contractiva del la contractiva de la co

Extrato de lercairo termo aditivo eslativo so Contrato nº 1920/18, de 31 de aspoito de 201s CONTRATAME: C.MARA MANUERAL DE CHOPREPARIO, CNP Jet 77.74 6.5 180007.
201s CONTRATAME: C.MARA MANUERAL DE CHOPREPARIO, CNP Jet 77.74 6.5 180007.
201s ETO, contratação de empresa de redocidado para divulgação das informações referentes os atos, sentopos e ações desenvividas pele Poder Legislitáno, contrator descrição constantes no termo de referência VALOR: ficam resistratados os valores, com base na variação do IPCA. Inditalizado o valor de RS 4.3.9.9.9.9.9 (VIGENCE, prorriga sep 12 (Goze) mesas o practical containado com 31 de agosto de 2021, e encarrando em 30 de agosto de 2021

CAMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO - ESTADO DO PARANA

Extrato do terceiro termo adifivo relativo ao Contrato nº 2020/1938. de 31 de agosto de 2018. CONTRATANTE: CÁMARA MUNICIPAL DE CHOPINIZINHO, CNPL nº 77.74 5 11000/11 S. CONTRATANTE: CÁMARA MUNICIPAL DE CHOPINIZINHO, CNPL nº 77.74 5 11000/11 S. CONTRATANA RADIO DIEUROSA AMÉRICA DE CHOPINIZINHO, CNPL nº 77.74 5 11000/11 SO.200 2095/0001-85. OBLETO: contratação de emoresa de radiocifusão para divulgação datas informações referentes asa asia, serviços e agôdes desementestas poto Poder Logidado combiem e avisição do IPAC, indicarando o valor de RS 50.686.14, VIGENCIA provinga-se por 12 (doza) meses o prazo de vigência, inciendo em 31 de agosto de 2021 e a meramido am 30 de agosto de 2022. Fermaneçem em újena vigência as demas dissociaciós contratas de inde contratiem o presente aditivo DATA DA ASSINATURA. 24/08/2021. Assinam Eno Valdir Can., pela Cômen e Deviro Medico, pala empresa.

Extrato do Estatuto da Associação da AGUA DO PORTO VELHO, para fins de registro EXTRIGO DE ESISTUD DIA ASSOCIACIA DIA MANA DO PORTI O PERTO, DATA UNIS DE REGISTORI E uma pessoa parificia de direito privado, constituida sob a forma de associação sem fini lucrativos ou económicos, nos termos dos artigos 53 e seguintes, do Código Civil, que se constitui e ser registo por esta Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. A AAPV tem sede e foro no Pavilhão da Comunidade São Roque, zona rural sin, interior di tiapejara D'Oeste – PR. A AAPV, tem por objetivo principal, gerencia e, fiscalizar o uso de Um Sistema de Abastecimento de Água.

Presidente: FMFRSON LUIS RUFINO

Endereço: Zona Rural s/n, Comunidade Palmeirinha, Itapejara D'Oeste - CEP 85580-000.

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

ANA IVANILDA MARTINS MÓVEIS - ME, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Ambiental Simplificada para empreendimento Serraria com Desdobramento de Madeira, instalada na Rua Projetada E, nº 29, bairro Alto da Glória, no município de Palmas/PR.

MUNICIPIO DE CORONEL (INIDIA – ESTADO DO PARAMÁ
AVISO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 077021

O Municipio de Coronel Vivida, Estado do Paranta, forma pótica a formada de Prezos nº 0770121, jupo
minor pero gibbal por lole para AMPLA CONCOREDINCIA. Objeto, contratação de engresa em
regima de ameridada por preo plobala para a EXECUÇÃO DE PANUENTAÇÃO POLLEPICA –
ESTRADA RUPAL ENTRE A BR-159 E A COMUNIDADE DE EMAUS, conforme planihas, projeto e
memoriula. Alevatina dos envelopes as 6000 horas do cal 1-de setembro de 2021; no Servicio de licitações do municipio de Coronel Vivida, Planina, sito a Praça Angelo Mezzono, 5/11. Valor máximo
tola 18 3 751 0063 5-1 Praza de asexunção 24 menses. O estado podera ser enforto na sede de Municipio
de Coronel Vivida, das D8.00 as 12:00 et das 13:00 as 17:00 horas ou através do site
www.coronel-vivida projoc. In formanções (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021.
Dinara Mazzucatio - Presidente da CPL.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PRECAD PRESENCIAL Nº 54/2021
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - EXCLUSIVA ME E EPP SEDIADAS EM ÁMBITO
REGUMAL PARA OS LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS COM EVENTUAL FORNECIMENTO DE PECAS NOVAS DE
REPOSIÇÃO, SEM USO ANTENDO, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANITENIÃO PREVENTIVA E CORREITIVA PARA A FROTA DE MACUINAS PESADAS DO
MUNICIPIO entreja dos envelopes a entreja dos entrejos de sobre do senvelopes a entreja dos envelopes a entreja dos entrejos dos entrejos dos entrejos dos envelopes a entreja dos entrejos entrejos

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANA
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/221
HORARIO: 09/01
GBLETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CENTRAT ETERFÔNICA
HORIGIA, EPROBENDO ÁS NECESSIGNES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, confirme
HORIGIA, EPROBENDO ÁS NECESSIGNES

HIBRIDA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA; confirmed descrimando no bolen de presente deben de presente de present

riteritur. A tendentro As Necessitature da Administração Policia description o objeto de presente discondinado no depos de presente discondinado no integra dos atos atoma encontra-se disponível no segurite enderaço eletônico. Estigliares disconacipações comigência— conforme autorizado pela las Manicipal nº 3083, de 25 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7891, de 14 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL YVIDIA - ESTADO DO PARANA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 02/2021

DATA 1469/21

ABERTURA: 1807/21

HORARIO: 06-00

DBIETO: RECOSTRO DE PREÇOS PARA I L'UTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA ARGAMASSADA, COM

FONNECIMENTO DE PEDRA E MÁO DE DBIRA.

GRAINBOOS DOSO a plos religientes S o Opcorrência Publica n° 02/2021, HOMOLOGO E ADJUDICO o

Analisados lodos os alos referentes a Concorrência Pública nº 02/2021, inclinicados os alos referentes do Concorrência Pública nº 02/2021, inclinicados por os procedimento lotatorio em organde no licitante;

[INTEM FORNECEDOR N.MIGEO DO CNPJ VALOR VALOR TOTAL UNITARIO RISTRADO SE SETIMADO RESTRADO CESAR, JUNIG 29.895.831/0001-12 400,00 74.000.00 74.000.00 Nas condições de sua proposta e do edital. Valor roual estimado da totação e de R\$ 74.000.00 (selenta e qualtro mil reais), Doronel Vivira, 24 de agesto de 2021.

Anderson Marique Barretto
Prafeiro

ADITIVO Nº 09 ao Contrato nº 01/2018 - Concorrência Pública nº 01/2018 Contratante: Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida. Contratada: TALLENTO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ nº 04.379.027/0001-98. Solicita a adição ao contrato da diferença dos valores entre o contrato e a planilha Orçamentaria final, o valor de acréscimo das execuções dos serviços é de R\$ 40.465,62 (quarenta mil, quatrocentos e sessenta e cinco regis e sessenta e dois centavos) passando o valor total do contrato a ser de R\$ 2.726.710,91(Dois milhões setecentos e vinte e seis mil setecentos e dez reais e noventa e um centavos). Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Contrato originário. Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021. Cássio Francisco Mozaner, Presidente



Resolução nº, 027/2021

NOMEIA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO DIRETOR CLÍNICO DO CIRUSPAR -SAMU 192.

SAMU 192.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, no uso das suas atribuições legais, NOMEIA Comissão Eleitoral com competência de organizar, dirigir e supervisionar todo o processo eleitoral para Diretor Clínico do CIRUSPAR - SAMU. Para tal finalidade, NOMEIA como integrantes da Comissão Eleitoral os seguintes médicos. Dr. William Holderled, como membro Presidente da Comissão Elotoral e Dr. André Ribeiro Morrone, como Secretário da Comissão Eleitoral.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Pato Branço, 25 de agosto de 2021

> Disnel Luquini CIRUSPAR

VIVIDA-PR. <u>LOCAL E HORÁRIO:</u> Praça Ângelo Mezzomo, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 13 de setembro de 2021. Abertura dos envelopes: as 09:01h do dia 13 de setembro de 2021. <u>VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO:</u> R\$ 1.888.939,50. Prazo de vigência: 12 meses. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021.

DINARA MAZZUCATTO, Presidente da CPL.

Publicado por: Leila Marcolina Código Identificador:FD1AA361

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 07/2021

O Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, torna pública a Tomada de Preços nº 07/2021, tipo menor preço global por lote para AMPLA CONCORRÊNCIA. Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preço global, para a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA - ESTRADA RURAL ENTRE A BR-158 E A COMUNIDADE DE EMAUS, conforme planilhas, projetos e memorial. Abertura dos envelopes: às 09:00 horas do dia 14 de setembro de 2021, na Sala de licitações do município de Coronel Vivida, Paraná, sito a Praça Ângelo Mezzomo, s/nº. Valor máximo total R\$ 701.066,51. Prazo de execução: 24 meses. O edital poderá ser retirado na sede do Município de Coronel Vivida, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas ou através www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 25 de agosto de 2021.

DINARA MAZZUCATTO Presidente da CPL.

> Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:F0DCB013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PARECER E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2021

DATA: 30/07/21 ABERTURA: 13/08/21 HORÁRIO: 09:01 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e adjudicamos o item a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	R. A. CATTUCI - EIRELI	34.000,00	34.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
R. A. CATTUCI - EIRELI	16.697.927/0001-62	34.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total da licitação é de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Coronel Vivida, 13 de agosto de 2021.

FERNANDO Q. ABATTI, Pregoeiro;

IANA R. SCHMID, Equipe de Apoio;

LEILA MARCOLINA, Equipe de Apoio.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2021

DATA: 30/07/21 ABERTURA: 13/08/21 HORÁRIO: 09:01 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Analisados todos os atos referentes ao Pregão Presencial nº 46/2021, HOMOLOGO o item a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	R. A. CATTUCI - EIRELI	34.000,00	34.000,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
R. A. CATTUCI - EIRELI	16.697.927/0001-62	34.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total da licitação é de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Coronel Vivida, 24 de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:B29A1F8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021

DATA: 14/06/21 ABERTURA: 16/07/21 HORÁRIO: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E
EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
DE MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA E PEDRA
ARGAMASSADA, COM FORNECIMENTO DE PEDRA E MÃO
DE OBRA.

Analisados todos os atos referentes a Concorrência Pública nº 02/2021, HOMOLOGO E ADJUDICO o procedimento licitatório em epigrafe ao licitante:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	GERALDO CESAR JUNG			74.000,00

Nas condições de sua proposta e do edital. Valor total estimado da licitação é de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Coronel Vivida, 24 de agosto de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador:EC8FB675